

Gabriela da Conceição Ribeiro da Costa

Área 5: Estado e nações: economia política do capitalismo contemporâneo

Modalidade: Sessões de Comunicações

O Plano Fênix e o projeto de restauração econômica da Argentina no início dos anos 2000

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar um projeto dos economistas da Universidade de Buenos Aires, chamado de Plano Fênix, cuja criação teve como objetivo estabelecer um contraponto às ideias neoliberais que tomavam conta das políticas sociais e econômicas da Argentina na virada do milênio. Através de pesquisa bibliográfica e exploração de fontes primárias e secundárias pretende-se, neste trabalho, traçar brevemente um panorama sobre a ascensão das ideias neoliberais, a crise da dívida da Argentina e o Plano Fênix, uma iniciativa que partiu da sociedade, surgiu dentro da Universidade e pretendia estabelecer um caminho alternativo para colocar a Argentina novamente nos trilhos do desenvolvimento.

A importância deste trabalho pode ser justificada em dois pontos. O primeiro ponto é a relevância que as políticas econômicas têm no desenvolvimento de um Estado. Entender profundamente o neoliberalismo e seus desdobramentos liberais é de suma relevância, pois seus ideais ainda são largamente defendidos até os dias de hoje. Portanto o tema é histórico, mas ao mesmo tempo atual.

Em segundo lugar, este estudo também se mostra relevante ao passo que ajuda a compreender a colocação da Argentina no cenário internacional, como um país latino-americano, em desenvolvimento, e que ao mesmo tempo ainda não conseguiu deixar de ser zona de influência dos países desenvolvidos. O neoliberalismo, que começou a ser implantado como política econômica na Inglaterra com Margaret Thatcher, na década de 80, e logo após, ainda no mesmo período com Ronald Reagan nos Estados Unidos, passou a ser disseminado pelo mundo com o auxílio das instituições e dos regimes internacionais, sobretudo o Banco Mundial, o FMI e o Consenso de Washington.

A conjuntura internacional durante a ascensão das ideias neoliberais

A América Latina possui a singular característica de que os países dessa região caminham juntos nos trilhos da história, apresentando contemporaneidade nos acontecimentos sucedidos. Sejam em episódios políticos – como a independência no início do século XIX e as ditaduras militares na segunda metade do século XX – ou econômicos – como, por exemplo, a guinada neoliberal dos governos da região na década de 1990.

Nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir de 1979, o mundo presenciou a falência do estado de bem-estar social, orientação político-econômica que solucionou a desordem econômica do período entre guerras e garantiu a expansão do desenvolvimento, da industrialização e das garantias sociais nos países mais desenvolvidos. Tal período ficou conhecido como “era de ouro do capitalismo” que vigorou entre 1950 e 1970.

A ruína desse projeto pode ser relacionada a vários motivos, entre eles à tentativa de crescimento econômico dos Estados Unidos baseados em uma nova onda de gastos militares direcionado, sobretudo, para a guerra do Vietnã. Concomitante a isso, estava o momento de auge do estado de bem-estar social no qual os gastos públicos chegavam ao seu ápice no país com o governo de Lyndon Johnson e sua campanha pela “Great Society” (DOS SANTOS, 2004).

Os Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial baseavam sua economia em uma política de acumulação de capitais para manter a estabilidade e prosperidade dentro de suas fronteiras. Entretanto, no final da década de 1960, quando a capacidade de absorção interna dos capitais excedentes começou a diminuir no país, a sobre acumulação começou a ser vista como um fator desestabilizador da economia. Uma das medidas para contornar essa situação foi o investimento massivo em gastos militares, pois aliás, estávamos em plena Guerra Fria. Porém essa e outras medidas tomadas, como o investimento de capitais excedentes em obras de melhorias na infraestrutura, se mostravam apenas um controle de curto prazo sobre as “contradições internas da acumulação de capitais” (HARVEY, 2005).

A crise de acumulação gerou uma crise fiscal nos Estados Unidos e a medida tomada foi a impressão de mais notas de dólares, acarretando, por sua vez, pressões inflacionárias mundiais.

"A consequência foi uma explosão da quantidade de capital fictício em circulação, desprovida de qualquer perspectiva de resgate, uma onda de falências, pressões inflacionárias incontáveis e o colapso das estruturas internacionais fixas. Entrementes, o crescente poder do trabalho organizado por todos os Estados nucleares do sistema global elevou o nível de gastos sociais, bem como os custos com salários, o que implicou a redução de lucros. Disso decorreu a estagflação. As oportunidades de lucro

desapareceram, e surgiu uma crise de sobre acumulação do capital. O endividamento crônico em que muitos governos caíram devido a vastos investimentos em infraestruturas físicas e sociais produziu uma crise fiscal do Estado" (HARVEY, 2005, p. 57-58).

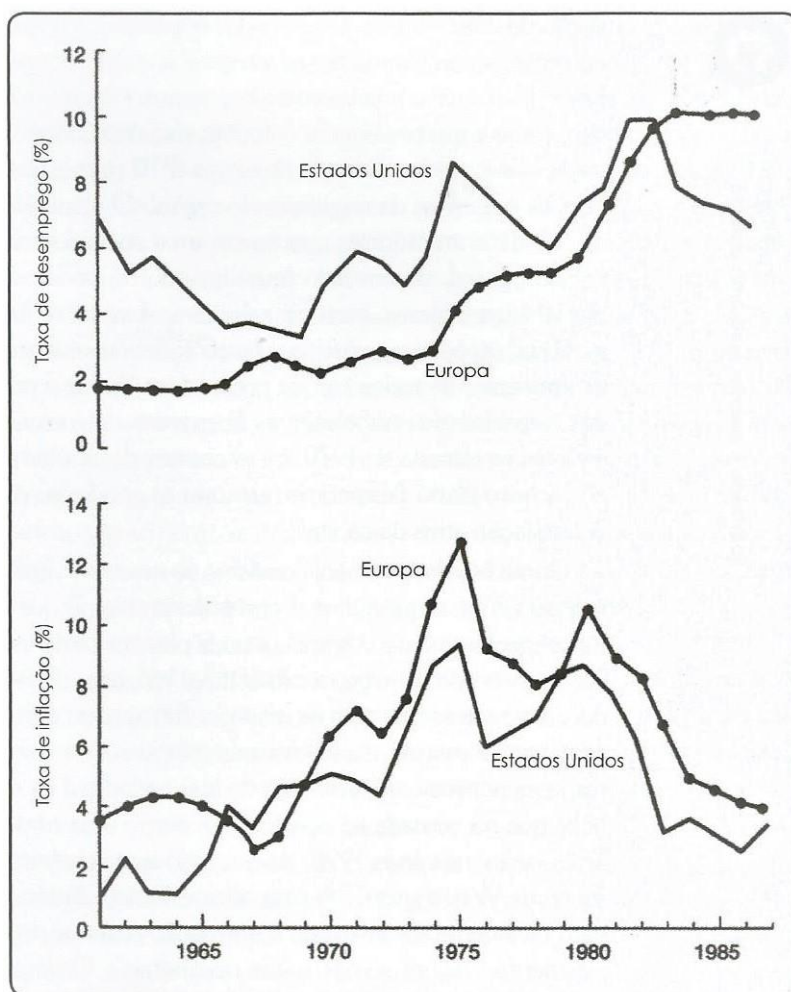
A posição econômica dos Estados Unidos estava fragilizada. “Os dólares excedentes inundaram o mercado mundial, e toda arquitetura financeira do sistema de Bretton Woods entrou em colapso” (HARVEY, 2005, p. 58).

As crises do petróleo de 1973 e de 1979 contribuíram fortemente para a falência do Estado de bem-estar social. Com a súbita elevação do preço do hidrocarboneto, comprometeu o fornecimento deste a vários países que necessitavam desse combustível. Juntou-se a isso, a insatisfação das grandes empresas privadas com os altos impostos cobrados pelo Estado, alegando queda no desempenho e na lucratividade (VICENTE, 2009).

Nesse ambiente de crise, na virada das décadas de 1970 para 1980, houve o crescimento do desemprego e interrupção do crescimento econômico. O aumento da dívida dos estados ocasionou a volta da inflação, que somada à queda do crescimento originou a “estagflação” (DOS SANTOS, 2004). O desemprego também teve uma ascensão abrupta. (ver Tabela 1)

Como lembra Harvey (2014), surgiram crises fiscais em vários Estados e em 1975, por exemplo, a Grã-Bretanha teve que ser socorrida pelo FMI; o sistema de Bretton Woods tinha se mostrado ineficaz; os Estados Unidos não conseguiam mais segurar o câmbio fixo do dólar. Nessa época fortaleciam-se, no cenário intelectual, as ideias neoliberais, ou neoconservadoras, como chamadas na Europa, da Sociedade de Mont Pèlerin. Os pensadores de economia dessa sociedade advogavam que o Estado de bem-estar social não conseguia administrar bem a economia, tornando-se um obstáculo para o progresso econômico. Para solucionar essa situação, a proposta da Sociedade de Mont Pèlerin era diminuir os gastos do Estado com políticas sociais e enfraquecer o poder dos sindicatos acabando com o pleno emprego e criando um exército de reserva, ou seja, massas de desempregados, que foram se espalhando com a implantação do neoliberalismo (VICENTE, 2009).

Tabela 1 - Fonte: HARVEY, 2014. p. 24



A questão do “poder” adquirido pelos sindicatos com o advento do pleno emprego do Estado de bem-estar social era fortemente criticada pelos opositores do modelo keynesiano. Acreditava-se que a pressão exercida pelo proletariado por melhores salários e condições trabalhistas, fizesse com que o Estado assumisse gastos desnecessários. Podemos notar essa característica em um discurso proferido por Margaret Thatcher na Conferência de 1979 do Partido Conservador, seu primeiro ao discursando como primeira-ministra do Reino Unido:

"Nosso sucesso não foi baseado em favores do Governo, em proteger os empregos de ontem e lutar pelos de amanhã. Não foi baseada na inveja ou truculência ou em batalhas intermináveis entre a administração e os homens, ou entre o trabalhador e o colega de trabalho. Nós não nos tornamos referência no mundo por ser a nação com mais greves" (THATCHER, 1979, British Political Speech).

As ideias neoliberais pareciam ser as melhores soluções para o momento que garantiriam a continuidade do avanço do capitalismo em plena Guerra Fria. (HERTEL, 2013) A onda neoliberal

chegou fortemente na Europa com Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), Helmut Kohl na Alemanha (1982) e Ronald Reagan no Estados Unidos (1981) com o objetivo de combate à inflação e a paralisação econômica. Logo viu ambiente propício para se espalhar pela América Latina.

A crise da dívida da Argentina e a adesão de uma economia neoliberal

Para entender a crise da dívida nos países latino-americanos é necessário falar de “petrodólares”. Quando os países do Golfo Pérsico passaram a aplicar os petrodólares em bancos londrinos, estes tomaram a forma de empréstimos para os países do Terceiro Mundo, sobretudo da América Latina (CHESNAIS, 2005). Segundo Chesnais, estaria aí um dos pilares da crise da dívida externa dos países. Para que a dívida vire uma bola de neve, é necessário que alguns fatores estejam presentes: “que os níveis das taxas de juros sejam superiores ao dos preços, das taxas de crescimento da produção e do PIB” (CHESNAIS, 2005. P. 39)

O baque fatal e deflagrador para a crise da dívida veio do Federal Reserve e ocorreu em 1979 quando o então presidente do FED, Paul Volcker, implementou medidas de mudanças na política monetária dos EUA.

“A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve. A taxa nominal de juro aumentou da noite para o dia, depois de algumas elevações e quedas, ficando em julho de 1981 perto dos 20%. Iniciou-se assim ‘uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos EUA, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais’” (HARVEY, 2014. P. 31)

Essa situação, somada a alta do dólar e a liberação dos mercados de títulos da dívida pública norte-americana, foi um golpe na dívida pública dos países latino-americanos. De acordo com Chesnais (2005) as taxas de juros sob as quais os valores eram emprestados para esses países chegou a quadruplicar, o que levou a um adiantamento da crise da dívida externa

Na Argentina, em 1976 a dívida externa pública era de US\$ 6.648 milhões. Em 1981 esse valor chegou a US\$ 35.681 milhões e até o final da década esse valor chegaria perto de três vezes o valor do início da década (CHAYO, 2010 apud KANENGUISER, 2003)

Nos países em desenvolvimento a dívida tornou-se um estímulo que permitiu a adoção de políticas de ajustes estruturais que acabaram iniciando um processo de desindustrialização em muitos

desses países. A dívida levou a um aumento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia. (CHESNAIS, 2005)

Nessa época, início da década de 1980, o poder era exercido por meio de uma ditadura militar comandada por uma Junta Militar. A economia sentia fortemente os impactos da crise econômica que se mostrava cada vez mais dura. Juntamente com os ônus da Guerra das Malvinas, incitada pelo próprio governo, a ditadura perdeu apoio e o consequente caminho para a redemocratização veio com Raúl Alfonsín em 1983, que assumiu com a danosa herança da ditadura militar, níveis de desemprego crescentes, um endividamento externo cinco vezes superior às exportações anuais do país, representando 60% do PIB, além de uma hiperinflação chegando a 343,3% ao ano (CHAYO, 2010).

Alfonsín chegou ao poder com dois objetivos principais: a legitimação política da democratização e a estabilidade social. Aumentou em 12% os salários, implantou controle dos preços, saneamento do déficit fiscal e redução das taxas de juros. Com relação a inflação, a principal medida foi a tentativa de diminuição do déficit fiscal a partir da expansão da demanda interna com o aumento da renda interna. Porém a explosão inflacionária não pôde ser contida e, até o final do governo de Alfonsín, em 1989, a inflação argentina chegou a níveis estratosféricos (CHAYO, 2010).

Internacionalmente, as ideias neoliberais estavam em destaque e eram vistas como uma saída para a crise dos países. O neoliberalismo ganha força no modelo capitalista e a nova economia de mercado se firma prezando pelo livre mercado global. Nele “as empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquiriram preeminência sobre as economias nacionais” (IANNI, 1995, p.46 apud VICENTE, 2009).

Foi nesse contexto que Carlos Menem chegou ao governo da Casa Rosada em 1989. Nesse momento ficaram evidentes os ventos neoliberais que estabeleciam seus caminhos dentro do governo argentino. Aos moldes do receituário do Consenso de Washington, Menem liberalizou a economia argentina com intuito de melhorar a imagem do país frente ao mercado internacional. O presidente, junto com seu ministro da economia, Domingo Cavallo, abriram “o país ao comércio e aos fluxos de capital externos, introduziu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, privatizou empresas estatais e a seguridade social” (HARVEY, 2014, p. 114). A equiparação do peso (que na época tinha o nome de austral) ao dólar fazia parte de um pacote econômico que ficou conhecido como “Plano Cavallo”, no qual por meio de uma lei de conversibilidade, aprovada em 1991, promoveu uma dolarização da economia argentina ao fixar a moeda do país em relação ao dólar na base de um por um (HERTEL, 2013). A sobrevalorização do peso, provocou um retrocesso na indústria nacional.

Empresas estatais de telefonia, aviação, ferrovias, siderúrgicas, portos, aeroportos, petroquímicas, por exemplo, foram privatizadas e entre 1988 e 1997 as privatizações na Argentina

chegaram a representar 10% do PIB do país (HERTEL, 2013 apud FAUSTO E DEVOTO, 2006). Isso representou mais do que o dobro do valor obtido pelo Brasil no mesmo período. O problema é que esse dinheiro acabou contribuindo para a intensificação da concentração de renda no país. As taxas de desemprego aumentaram para 18%, o que acabou pressionando os salários para baixo (HARVEY, 2014). Quando a “crise da tequila” se abateu sobre o México, em 1994, a economia argentina entrou em profunda recessão que se aprofundou ainda mais nos anos seguintes com as crises do Leste Asiático em 1997 e do Brasil e Rússia em 1998 ficou evidente que a economia argentina era muito vulnerável aos choques internacionais. Evidenciou-se ainda os riscos de uma política macroeconômica orientada pelo ortodoxíssimo liberal (HERTEL, 2013).

A população, sobretudo as classes mais baixas, amargou e carregou o peso das políticas liberalizantes que foram implementadas. Elevadas taxas de juros, liberalização do sistema financeiro, fim dos benefícios às indústrias nacionais, dolarização da economia, independência do Banco Central argentino, por exemplo. Tudo isso levou ao aumento da desigualdade social, do desemprego e consequentemente da pobreza. Diante da grave crise econômica e social, após congelamento de depósitos, estabelecimento de limite de saques diários, a Argentina decretou moratória em 2001.

A contrapartida da iniciativa civil: o Plano Fênix e a restauração econômica da Argentina

É comum, em tempos de crises, observarmos alternativas e soluções que nascem à margem da conjuntura que está, naquele momento, estabelecida. Assim como em outras situações a América Latina já desenvolveu interpretações próprias sobre a sua situação perante ao sistema internacional e perante às ideias e comportamentos que são comumente importados dos países centrais. Podemos dar como exemplo a CEPAL e a Teoria da Dependência como interpretações e maneiras de ver o mundo genuinamente latino americanas.

Ainda como exemplo da genuinidade e independência de pensamento latino americano podemos destacar também o Plano Fênix. Tal plano foi concebido no final de 2001 por um grupo de professores de economia da Universidade Nacional de Buenos Aires. O grupo, que tinha em seus integrantes grandes nomes como Aldo Ferrer, Norberto González e Abraham Gak, se reunia periodicamente para tratar de assuntos econômicos e sociais da Argentina em crise e pensar alternativas ao pensamento neoliberal, que já há muito havia mostrado sua ineficiência e retrocessos, a fim de restaurar a economia do país com o foco no crescimento e na equidade, de modo que fizesse a economia argentina renascer das cinzas como uma ave Fênix.

Em dezembro de 2001 a Universidade de Buenos Aires aprovou, mediante a resolução 6846 do Conselho Superior, o projeto do Plano Fênix. O papel e a responsabilidade da comunidade

acadêmica na análise da conjuntura social do país sempre foram destacados pelo grupo de fundadores do Plano. Assim como está escrito em um de seus documentos fundacionais:

“A Universidade tem entre suas responsabilidades, a de pensar o país sob o cenário global para ajudar a elevar a qualidade de vida de toda a população e consolidar a democracia. Esta tarefa é particularmente crítica e urgente em tempos como o presente, marcada pela estagnação, a concentração de riqueza, aumento da pobreza e da exclusão, e perda da capacidade de decidir nosso próprio destino. Nos termos dessa responsabilidade iniludível, professores e pesquisadores convocam reflexões conjuntas para fornecer um diagnóstico sobre a natureza dos problemas centrais da economia da Argentina e começar a formular propostas para resolver a crise e mobilizar o potencial formidável que nosso país” (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001 – tradução nossa).

Mostrou-se necessário replanejar a estratégia política econômica e de desenvolvimento do país, dando lugar a visão mais heterodoxa e mais realista. Os estudiosos discutiam tanto os fundamentos da política oficial quanto as alternativas de ações. O plano, que havia sido fundado primeiramente por economistas, viu a necessidade de haver um diálogo com pessoas especializadas da sociedade civil. Por esse motivo, o grupo também contou com a contribuição de “técnicos dos setores públicos e privados que lidavam com a política industrial e inovação tecnológica, conquista de novos mercados e relações econômicas” com os principais parceiros econômicos da Argentina, a fim de formar um grupo independente e livre de interesses especiais ou lobistas (GONZÁLEZ, 2010). A tarefa, entretanto, não era simples:

“A tarefa de levantar ideias sobre a estratégia de desenvolvimento de um país de uma forma realista e correta sempre foi muito interessante e complexa. Mas no caso da Argentina, é ainda mais difícil agora do que antes do revés causado pela política de conversibilidade: antes desse retrocesso, o país teve uma experiência histórica do seu próprio progresso e também teve a experiência de países similares na América Latina e Ásia. Agora, esses outros países continuaram a progredir e superando etapas. Nós, com a conversibilidade, nos tornamos num caso especial de desenvolvimento truncado, no qual é mais difícil enxergar onde devemos colocar o nosso esforço e como devemos manejá-lo, com a combinação de realismo e de decisão que que nos permita mover tão rápido e tão bem quanto seja possível” (GONZÁLEZ, 2010).

No documento fundacional do Plano Fênix, os estudiosos afirmam que estão assumindo com consciência e responsabilidade um compromisso com o desenvolvimento econômico e a elevação da

qualidade de vida da população. Para isso, elencam diversas condições que seriam indispensáveis para atingir tal desenvolvimento: 1) estabilidade política e institucional; 2) aumentar os níveis de emprego e incorporar os trabalhadores no processo de crescimento a fim de integrar o tecido social do país; 3) funcionamento eficiente e competitivo dos campos industriais e financeiros; 4) equilíbrio macroeconômico baseado em altas taxas de poupança e investimento, bom financiamento do setor público, aumentar a competitividade internacional e reduzir drasticamente o déficit na balança de pagamentos. Para isso seria necessária uma busca de preços relativos consistentes com a manutenção do poder de compra e uma taxa de inflação baixa; 5) competitividade da produção nacional limitando a dívida externa à capacidade de geração de divisas; 6) incorporação contínua de mudança tecnológica em todo o sistema econômico e social, participando das correntes dinâmicas do comércio internacional compostas por bens e serviços altamente diferenciados; 7) presença de um Estado que assegure o desenvolvimento nacional, a integração social, a equidade distributiva e o bem-estar; 8) soberania monetária e fiscal; 9) existência de mercado de capitais financeiros ao serviços da produção e do comércio; e 10) desenvolvimento de concepções enraizadas na realidade nacional e orientadas a dar respostas ao desafios e oportunidades da economia mundial (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001).

Ainda de acordo com os fundadores do Plano Fênix, apenas os países que participam ativamente perante a globalização e mantêm o comando sobre seu próprio destino logram êxito no cenário extremamente competitivo do sistema internacional (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001). Podemos perceber nas condições explicitadas acima, portanto, uma clara oposição aos mecanismos de liberalização econômica aos moldes neoliberais e à dolarização financeira; a defesa do peso como moeda nacional, afim de exercer políticas monetárias independentes, e relegar ao dólar o seu devido lugar como instrumento de comercialização com o resto do mundo. Percebemos também um forte enfoque do modelo keynesiano e também cepalino de economia no qual o Estado exerce o papel de regulador do sistema econômico, ou seja, uma matriz oposta ao fundamentalismo de mercado. Os mentores do plano defendem que as políticas de abertura econômica, sobrevalorização cambial, ingresso indiscriminado de capital externo, privatização dos serviços públicos às empresas estrangeiras são fatores de subordinação da economia aos interesses dos centros financeiros internacionais e que, além disso, acabam sendo cobertos pelo manto da corrupção.

O Estado argentino foi desfinanciado através de “uma reforma na previdência e de numerosos erros e omissões em matéria impositiva, agravando-se o caráter regressivo do sistema tributário, portanto aumentou o déficit e o endividamento” (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001). Nesse momento os juros da dívida chegaram a representar 20% do valor da arrecadação tributária e 50% do valor das exportações. O déficit era crescente, intensificado pela combinação entre abertura do

mercado, sobrevalorização cambial e fuga de capitais. Isso acarretava uma forte subordinação da Argentina ao mercado financeiro internacional. “O Estado se retirou e se subordinou, deixando responsabilidades indelegáveis, e a política econômica se limita a transmitir sinais amigáveis para “mercados” e pagar o serviço da dívida. Como o cenário é interminável, a recessão não tem chão” (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001). Essa situação acaba gerando desemprego, pobreza e exclusão.

A população argentina que carregou o ônus de todas as medidas de liberalização do governo, apenas ouvindo promessas de um futuro que nunca chegava, estava frustrada, cansada e desesperada com a própria situação. Foi por essa população e pela autonomia da economia argentina que o Plano Fênix propunha diagnósticos e propostas com o objetivo de reascender o crescimento, restaurar a firmeza e mitigar os males sociais da Argentina, superando a letargia e a insatisfação que as políticas governamentais tinham causado até aquele momento.

A partir de um consenso social o Plano Fênix propõe encontrar o caminho para o desenvolvimento que consiga ser sustentado, recuperando a competitividade internacional do país sem esquecer da criação de empregos e da inclusão e do desenvolvimento social. Dessa forma, as estratégias sugeridas são: 1) transformar a estrutura produtiva e a composição das exportações, por meio da inovação, incorporando produtos com maior valor agregado; 2) consolidação do mercado interno, privilegiando o MERCOSUL como âmbito de atuação dos agentes locais e expandir a exportação para o resto do mundo. Essas políticas garantiriam que a iniciativa privada tivesse uma base sólida de atuação; 3) ampliar o espaço nacional e a autonomia do Estado perante ao advento da globalização; e 4) aplicação de políticas de equilíbrio fiscal, monetário e da balança de pagamentos (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2001). Todas essas estratégias sugeridas nesse primeiro momento de criação do Plano Fênix, ofereceriam uma base que nutriria o avanço de empresas criadores de riqueza e de empregos.

Ainda assim, o documento fundacional do plano, estabelece medidas de curto prazo para alcançar a revitalização econômica. Essas medidas tratam desde a sugestão para a construção em massa de habitações e infraestrutura básica para os setores da população de baixa renda, e até mesmo obras de infraestrutura regional que contribuam para uma melhor integração e comunicação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Além disso, para o Estado obter autonomia deverá atuar simultaneamente sobre as receitas e sobre as despesas. A primeira é melhorada “através de uma reforma tributária abrangente que essencialmente penaliza riqueza fácil e incentivar o direcionamento de recursos para o investimento produtivo”. A reforma tributária também deveria diminuir o peso tributário sobre aqueles que menos possuem e dificultar a evasão dos mais privilegiados. Já com relação as despesas do Estado, os economistas do Plano Fênix se opõem fortemente aos ‘serviços da

dívida externa' e sugerem que para conter o impacto negativo dessa despesa é necessário negociar a isenção da obrigação de uma parte do montante devido concomitantemente com uma baixa na taxa de juros e um período carência de alguns anos, como uma moratória agendada. Isso representaria um alívio para as despesas do Estado e garantiria o pagamento da dívida em um futuro próximo com parte dos frutos do desenvolvimento que será acarretado com o investimento dos recursos que serão liberados e realocados no período de alívio do pagamento da dívida externa. Desta maneira, sendo os economistas, os resultados seriam positivos para o Estado e para os investidores que “teriam uma perspectiva muito mais segura para cobrar o pagamento no médio prazo”.

O plano não se opõe à globalização, nem ao comércio internacional e nem às instituições financeiras internacionais. Ao invés disso dedica uma boa parte de seu documento fundacional para falar sobre o assunto. A Argentina deveria desempenhar um papel ativo no cenário internacional sem exercer a função de subalterna das potências centrais, mas deve sempre levar em conta a conjuntura internacional e nacional, sobretudo com relação a sua necessidade de desenvolvimento. Portanto, a negociação de empréstimos internacionais poderia ser necessária para “facilitar o financiamento de importações necessárias para o programa de crescimento econômico e reforçar as reservas do Banco Central para apoiar a moeda nacional”.

No contexto geográfico no qual o país está inserido: o continente americano, o documento fundacional faz observações sobre o MERCOSUL e a ALCA. Sobre o primeiro a sugestão é de fortalecer e ampliar a união aduaneira e buscar desenvolver soluções para a cooperação em setores que ainda existam conflito; garantir a integração, a competitividade e o avanço social e tecnológico. Já em relação a ALCA a sugestão era que se não houvesse um acordo sobre medidas *antidumping* e sobre eliminação de barreiras tarifárias, o acordo não deveria ser levado adiante. Em semelhança o acordo MERCOSUL-União Europeia que também não deveria ser continuado se não houvesse acordo na sensível questão da agropecuária. Ainda sobre a questão regional, o documento defende o respeito ao direito internacional, aos direitos humanos, de autodeterminação dos povos e de seus valores culturais, do meio ambiente e da qualidade de vida. Tudo isso a fim de garantir o fortalecimento regional.

É explícita a defesa do Plano Fênix por um Estado que exerce o papel central na articulação social do país, que promove o desenvolvimento e o progresso científico. Um Estado forte, regulador do mercado de trabalho, do comércio exterior, a fim de assumir a responsabilidade pelo progresso do país, pelo bem-estar de sua população e de suas instituições. Todas essas características estatais defendidas são posições inteiramente opostas ao que o Estado argentino estava desempenhando nas

últimas décadas do século XX, que vinha sofrendo por uma falta de credibilidade, uma má reputação e por seu afastamento das responsabilidades nas questões mais sensíveis do país.

Após a aprovação do documento fundacional do Plano Fênix pela Universidade de Buenos Aires, os idealizadores passaram a se reunir constantemente para debater e publicar livros e documentos sobre questões técnicas, como, por exemplo, inflação – juntamente com o CESP (Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina), conjunturas nacionais e realizar eventos sobre temas relacionados a tudo isso. O grupo apoiava ou criticava abertamente adoções de políticas e indicações a cargos governamentais e, não raras as vezes, a mídia da Argentina procurava saber o que pensavam os integrantes do grupo sobre determinado tema. Como já mencionado, parte de seus integrantes eram servidores públicos em áreas técnicas o que dava ao grupo uma riqueza de pensamento e conhecimento de mundo heterogêneo.

Ao longo da primeira década do século XXI, procuraram remodelar as suas ideias e recomendações e atualizá-las perante a conjuntura atual. Portanto em 2006 lançaram uma versão atualizada de suas propostas e assim também o fizeram em diversas ocasiões como por exemplo em 2010, 2012 e 2015. No final do ano de 2016, fizeram uma análise sobre os onze primeiros meses de Mauricio Macri à frente da presidência da casa rosada e criticaram suas medidas liberalizantes. (CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, 2016)

Conclusão

O Plano Fênix foi e continua sendo uma contribuição muito importante para pensar a sociedade, pensar política pública e pensar alternativas a concepção econômica que prevalece. Na Argentina, independente da orientação política e econômica do governo no poder, os relatórios do Plano Fênix estão sempre debatendo as conjunturas nacionais e internacionais, criticando e recomendando ações. Isso tem como propósito estabelecer um debate aberto e um amplo consenso social a fim de garantir um desenvolvimento que seja sustentável para o país, defendendo melhorias na qualidade de vida da população.

É importante destacar, neste momento, a importância da contribuição da Universidade para a sociedade na qual está inserida. Quando a Universidade sai da inércia e deixa de trabalhar apenas para girar a engrenagem acadêmica e passa a realmente enfrentar e debater as questões da sociedade de fora dos muros da Universidade, ela tem muito a favorecer, a ensinar e fazer valer o seu tão vasto conhecimento. Sabe-se que durante os anos de ditaduras militares na América Latina, as Universidades sofreram intervenções, censuras e limitações que prejudicaram, naquele momento,

suas atividades. Desta forma, ela tem o compromisso com a defesa de um ambiente de liberdade e de democracia e para isso, é fundamental essa abertura de debate com a sociedade.

Outra contribuição do Plano Fênix que é muito válido destacar é a importância de um pensamento livre das amarras da ortodoxia, seja em qualquer viés de pensamento. Um ponto de vista heterogêneo contribui para a riqueza intelectual do pensamento e do debate e abre um leque maior de oportunidade e de ações a serem tomadas. Podemos, portanto, afirmar que o Plano contribui para manter viva a ideia de uma Argentina independente, autônoma, democrática e ativa perante ao cenário internacional.

Referências bibliográficas

CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, FACULTAD DE CIENCIA ECONÓMICAS – UBA. **Hacia el Plan Fenix: Diagnóstico y Propuestas: Una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el desarrollo con equidade**, 2001. Disponível em:

http://web.archive.org/web/20130725163036/http://www.laeditorialvirtual.com.ar/Pages/UBA_Plan_Fenix.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, FACULTAD DE CIENCIA ECONÓMICAS – UBA. **La coyuntura y el futuro de la Argentina**, 2015. Disponível em:

<http://www.econ.uba.ar/planfenix/index2.htm>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

CÁTEDRA ABIERTA PLAN FÉNIX, FACULTAD DE CIENCIA ECONÓMICAS – UBA. **Desde El Plan Fénix: casi un año del nuevo gobierno**, 2016. Disponível em:

http://vocesenelfenix.com/declaracion_plan_fenix/documento_catedra_abierta_plan_fenix.pdf.

Acesso em: 01 de março de 2017

DE CHAYO, Marina Andres de Hoffman. **Governos militares e governo Alfonsín, 1976-1989: uma análise da política econômica argentina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

DOS SANTOS, Theotonio. Modernidade e neoliberalismo: uma falácia. In: DOS SANTOS, Theotonio. **Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004. p. 21-30, cap. 1.

GONZÁLEZ, Norberto. Renació. **Página 12**, Argentina, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-4768-2010-11-21.html>. Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERTEL, Rafael. Abertura Neoliberal Comparada Em Brasil E Argentina Nos Governos Cardoso E Menem. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, v. 2, n.4, p. 103-124, 2013.

UNITED KINGDOM. Leader's speech, Blackpool 1979, Margareth Thatcher, **British Political Speech**. Disponível em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=125>.

Acesso em: 29 de novembro de 2016.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A crise argentina: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI**. Lisboa: CEsA, 2005.

VINCENTE, Maximiliano Martin. A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço. In: VINCENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, cap 5, p. 123-146.